

# O ENSINO À DISTÂNCIA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Fortaleza CE – 07/2015

Erika Bataglia da Costa – Universidad Católica de Santa Fé – [erikabataglia@hotmail.com](mailto:erikabataglia@hotmail.com)

Classe: Investigação científica: Pesquisa

Setor Educacional: Educação Superior

Classificação das áreas de pesquisa em Ead: Acesso, equidade e ética

Natureza: Descrição de projeto em andamento

## RESUMO

*A educação, além de outras instâncias, deveria promover a verdadeira autonomia a seus educandos, mas não é isso que acontece no Brasil atualmente. Repensar a formação dos professores e, portanto, a revisão das políticas públicas da educação e do currículo desta formação é fundamental se há de fato pretensão de mudança, mas com ideologias falseadoras e arraigadas essa questão se coloca em um nível mais profundo de questionamento, que é o da possibilidade real da academia ser veículo de mudança ao invés de reprodutora da ideologia dominante e da classe política atual que não parece ter interesse em prover as mudanças necessárias para garantir uma formação emancipatória. Além disso, para formar uma nação educadora é preciso que o acesso à formação seja ampliado, algo que o ensino à distância pode facilitar se usado de forma adequada. O propósito fundamental deste trabalho é investigar que tipo de políticas públicas educacionais devem ser apresentadas para a formação emancipatória. Para tanto foram analisadas obras de Platão e comparadas com Freire, Gadotti e Mészáros, concluindo-se que apesar dos avanços tecnológicos, se não houver mudança nos paradigmas educacionais não haverá a mudança significativa que se espera.*

**Palavras-chave:** conscientização; formação docente; crítica filosófica; ensino à distância.

## 1- O poder enquanto política de dominação

Repensar a formação dos professores e, portanto, a revisão das políticas públicas da educação e do currículo desta formação é fundamental se há de fato pretensão de mudança, mas com ideologias falseadoras e arraigadas essa questão se coloca em um nível mais profundo de questionamento, que é o da possibilidade real da academia ser veículo de mudança ao invés de reprodutora da ideologia dominante e da classe política atual que não parece ter interesse em prover as mudanças necessárias para garantir uma formação emancipatória. Além disso, o acesso à educação formal deve ser irrestrito, mas os impedimentos de tempo e espaço diminuem as opções daqueles que procuram complementar os estudos, sendo o ensino à distância uma excelente opção.

Neste artigo discute-se como proporcionar a formação de professores críticos e conscientes para a mudança real na sociedade brasileira verificando como Platão discorreu sobre a possibilidade do ensino da virtude, comparando com as atuais políticas públicas educacionais e como prover à sociedade cidadãos capazes de alterar as políticas públicas de maneira a garantir educação emancipatória para todos, seja de forma presencial, seja a partir da educação à distância (ead).

Platão, filósofo grego do século IV a.C foi um dos mais produtivos pensadores da filosofia. Seus diálogos trataram de diversos temas tendo como personagem principal o filósofo Sócrates, mestre de Platão que nunca escreveu, mas ficou eternizado através da obra do discípulo, principalmente. Sabe-se da crítica socrática e platônica ao tipo de conhecimento promovido pelos sofistas no ambiente de democracia grega e como sua retórica poderia ser perversa ao formar pessoas incapazes de pensamento crítico e de conhecer a verdade. As intervenções sofísticas no âmbito da Ágora possibilitavam que todos os presentes, independentemente de seus conhecimentos aprofundados sobre determinado tema, pudessem aprender a se expressar de maneira tal que fossem capazes de, usando a retórica, convencer seus pares sobre suas ideias sem necessariamente essas ideias serem verdadeiras, válidas ou favoráveis ao grupo. É sabido que Platão faz duras críticas à sociedade democrática de sua época e é preciso ressaltar que

a democracia de então pressupunha somente a participação dos cidadãos gregos, homens adultos não escravos, entre outras determinações, o que excluía boa parte da população, como mulheres, escravos e estrangeiros. Além disso, em tal ambiente democrático se debatiam questões da cidade e não necessariamente vencia o pleito aquele que defendesse a real necessidade do grupo, mas o que dispusesse de melhor retórica para conquistar o apoio do público, algo que se percebe ainda hoje especialmente em períodos eleitorais, onde normalmente quem detém o poder permanece nele, pois seu poder é perpetuado e repassado aos seus pares, mas nesse artigo pretende-se ressaltar não a crítica platônica à democracia de sua época, mas sua crítica à forma como os sofistas, se utilizando dos preceitos da democracia, se aproveitavam da retórica para vencer o pleito não pela verdade, mas pelo seu uso a favor daqueles que os contratavam (GUTHRIE, 1998).

Os conceitos platônicos, tantos séculos depois, ainda são atuais. Vive-se no Brasil uma democracia representativa, portanto um grupo de pessoas se torna responsável, através do voto, por gerir as políticas públicas, mas para assuntos específicos há atualmente no Brasil política de formação de comitês especializados para o desenvolvimento de leis e a renovação destas, mas mesmo estes estão tão fortemente vinculados às ideologias e pessoas que normalmente são corrompidos, como se pode perceber através de determinações públicas apresentadas por pessoas que desconhecem o assunto sobre o qual estão tratando, apresentando leis e normas apenas em seu proveito e daqueles que o cercam, sem se importar com as consequências de seus atos.

### **1.1 A formação da consciência filosófica em favor da emancipação**

Segundo Gómez-Lobo, a tese central do pensamento político de Platão é a de que “o poder deve ser exercido por quem possui uma forma privilegiada de conhecimento” (GÓMES-LOBO, 1993, p. 24). Se se admitir que o desenvolvimento social, econômico e ético de um grupo se encontra na dependência das decisões de indivíduos isolados, então este princípio do pensamento político platônico se afigura correto e deve estar nas mãos de indivíduos especializados e eticamente coerentes. Além dos conhecimentos

específicos de sua área, as pessoas responsáveis por definir as políticas devem fazê-lo considerando os aspectos éticos implicados em tal ação, portanto não basta o conhecimento específico na área, mas como utilizar bem tais conhecimentos para garantir uma política pública adequada, que garanta a educação irrestrita, com qualidade e em função do todo, e não das partes. Também neste sentido a democracia teria falhado (PLATÃO, 1989).

Em Protágoras (PLATÃO, 1986) o autor expõe algumas das mais fortes argumentações contra o princípio do regime democrático e sua pretensão de fazer da política uma atividade na qual a ausência de um saber propriamente político não se traduz em nenhum tipo de impedimento à entrada nas assembleias. Podem-se identificar os seguintes pressupostos neste princípio: i) a capacidade política é igualmente distribuída entre os cidadãos e, portanto, a decisão política não exige competência própria, a não ser a habilidade retórica e ii) a “excelência” política é ensinável para todos. Estes princípios norteiam o discurso do principal interlocutor de Sócrates no Protágoras e serão duramente criticados por Platão. Contudo, salienta-se que a crítica platônica de tais princípios dirige-se à ordem institucional democrática na qual Protágoras, fictício ou histórico, desenvolve seu ensino. Para Platão, o que ensinavam os sofistas não fortalecia o conhecimento, mas o convencimento, e era contra isso que Platão se colocava, pois desta maneira não seria possível formar pessoas capazes de ter uma visão mais crítica para, a partir da conscientização, passar para a modificação da realidade. Desta maneira, é possível apreender que enquanto Protágoras utiliza a retórica como simulacro da verdade, gerando falsidade do conhecimento necessário, Platão propõe a busca da verdade através da crítica filosófica, gerando uma consciência política que pode levar à emancipação.

## **2.2 A conscientização como provedora de políticas públicas que garantam a emancipação**

Acredita-se que uma educação para o pleno exercício do poder democrático deve garantir ao cidadão autonomia para compreender os liames das políticas públicas educacionais e como agir em função do bem maior.

Muitos autores atualmente discutem a possibilidade da educação formal como provedora de cidadãos autônomos.

Para Mészáros, a educação ocorre em todos os momentos da vida do ser humano, pois comportam tudo, “desde o brotar das nossas respostas críticas relativamente aos ambientes materiais mais ou menos desprovidos na nossa infância, assim como o nosso primeiro encontro com poesia e a arte, até às nossas diversas experiências de trabalho” (MÉSZÁROS, 2004, p. 27).

Portanto, conforme o autor,

o papel da educação é supremo tanto para a elaboração de estratégias apropriadas, adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isto que se quer dizer com a visão de uma "sociedade de produtores livremente associados". Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a "transcendência positiva da auto alienação do trabalho" seja caracterizada como uma tarefa inequivocamente educacional. (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Porém, apesar de confirmar a importância da educação para a formação humana, Mészáros reconhece que as escolas não estão adaptadas a cumprir com tal responsabilidade já que as políticas públicas educacionais permanecem atreladas ao mundo do capital, impedindo a transcendência da alienação. Para ele, a educação só irá concretizar sua potência emancipatória ao romper com a lógica do capital (2004).

Parte do problema, conforme Morin (2007), é a busca incessante da ciência moderna, que repercute na educação, por uma forma simples de compreensão da realidade, em oposição ao pensamento complexo que aspira ao conhecimento multidimensional, baseado na incompletude e na incerteza comum à natureza das coisas e, conseqüentemente, do conhecimento. De acordo com Morin

enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento integra, o mais possível, os modos simplificados de pensar. Por outro lado, o pensamento complexo aspira o conhecimento multidimensional e sabe, desde sempre, que o conhecimento completo é impossível. O princípio de incompletude e de incerteza estão por detrás desse tipo de pensamento. (apud ARAÚJO, 2015, p.23),

Deve-se, portanto, reaprender a aprender com a “plena consciência de que todo conhecimento traz em si de forma ineliminável a marca da incerteza (MORIN, 2003, p. 75)”. Conforme Morin é “necessária uma luta contra o

absolutismo e o dogmatismo disfarçados de verdadeiro saber” (MORIN, 2003, p. 25). Desta maneira, para Morin, a formação da consciência crítica passa necessariamente por uma alteração na forma mesma como é pensado o conhecimento.

De acordo com Gadotti, a conscientização é fundamental, mas “não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar.” (2000, p. 6). O autor ainda ressalta que se vivem problemas como o do desempenho do sistema escolar não garantidor da universalização da educação básica de qualidade e a indefinição de quais caminhos devem ser realmente trilhados para garantir políticas públicas eficazes para garantir tal qualidade. Além disso, Gadotti reforça que “educar para um outro mundo possível é visibilizar o que foi escondido para oprimir” (2007, p. 1). Para o autor, a escola deve educar para “conscientizar, para desalienar, para desfetichizar. O fetichismo da ideologia neoliberal é o fetiche da lógica burguesa e capitalista que consegue solidificar-se a ponto de fazer crer que o mundo é naturalmente imutável” (GADOTTI, 2007, p.1).

Freire (1980) rompe com o paradigma de que a educação por si conduziria o indivíduo a se libertar da opressão. Para ele, a educação é um ato de conhecimento e conscientização e somente uma educação libertadora e transformadora, com o sujeito com papel ativo sobre seu aprendizado, pode formar pessoas capazes de ter pensamento crítico e libertador. O autor ainda ressalta que, com a educação, passa-se de um processo de consciência para um estado mais avançado que é a conscientização, ou seja, não basta entender o mundo a sua volta, mas atuar para muda-lo. Como defendido por Freire (1996) em sua teoria de escola cidadã, há que se fazer a crítica ao projeto neoliberal de educação, que é hegemônico e baseado da ética do mercado e constituir uma alternativa que garanta uma escola que

busca fortalecer autonomamente o seu Projeto Político Pedagógico, relacionando-o dialeticamente – não mecânica e subordinadamente – com o mercado, o Estado e a sociedade [...]a que tal escola visa formar o cidadão para controlar o mercado e o Estado, sendo, ao mesmo tempo, pública quanto ao seu destino – isto é, para todos – estatal quanto ao financiamento e democrática e comunitária quanto à sua gestão (FREIRE, 1996, p. 35).

Ao se comparar o sentido dado por Freire ao objetivo da educação com aquele pretendido por Protágoras com sua retórica que independe ou até

mesmo exclui o conhecimento da verdade, pode-se perceber que a crítica feita por Platão a tal retórica estende-se atualmente à crítica feita por Freire aos padrões manipulatórios de formação do cidadão.

Com tal pretensão, o ensino se torna fundamental, e para que haja real acesso de todos à formação crítica e conscientização política é preciso investir em aumento das vagas disponíveis, o que pode ser viabilizado com o aumento das vagas em ead, desde que se garanta que a formação à distância será feita de tal maneira que promova o debate e a criticidade de todos os envolvidos.

Assim como Platão considerou que somente o conhecimento profundo das situações pode garantir uma educação adequada, formando um cidadão mais livre e autônomo, Mészáros, Freire, Morin e Gadotti ressaltam que somente dessa maneira se é capaz de superar as idiosincrasias de projetos políticos de educação que dizem garantir educação irrestrita e de qualidade, mas que promovem apenas a reprodução do *status quo* gerador de alienação. Tanto em Platão quanto nas teorias pedagógicas contemporâneas de cunho humanístico, o fundamental do processo educativo é prover o cidadão da possibilidade de entendimento do mundo ao seu redor para intervir de maneira efetiva, dessa maneira a escola deverá garantir uma educação contestadora, superadora de limites impostos pelo Estado e pelo mercado. Como diz Gadotti, “uma educação muito mais voltada pra a transformação social do que para a transmissão cultural” (GADOTTI, 2000, p. 23)

Sendo assim, acentua-se a importância do conhecimento que precisa possuir o político em seus discursos e atos, pois o problema não se reduz a uma questão técnica de competência persuasiva pura e simplesmente. Este é um dos principais problemas vivenciados atualmente. Muitos dos debates feitos em quaisquer questões, principalmente nas mais polêmicas, são feitos a partir de argumentos rasos, com forte viés ideológico e pouco rigor conceitual, como se pode perceber na ideologia dos sofistas. Para eles, de maneira geral, mais importante que apresentar a verdade ou o que é necessário para o bem da maioria, o que se preuncia é sempre a vantagem da retórica em detrimento da verdade ou do ideal, algo que se pode perceber na estrutura política atual. Os políticos, responsáveis pela elaboração, aprovação e cumprimento das leis no país, não se preocupam, aparentemente, com as questões fundamentais relativas à educação, relegando o cuidado adequado à formação inicial e

continuada dos professores em geral. A discussão que se coloca é sobre qual a motivação para esta falta de políticas adequadas, tema amplo que pressupõe debate maior, mas que se percebe claramente ao se pensar que não há interesse em desenvolver criticamente um povo que irá usar de sua capacidade crítica para questionar as ações destes mesmos políticos que são os responsáveis por políticas adequadas, mas que as ignoram ou as transfiguram em função de ideais que somente beneficiam a minoria que detém o poder e prejudica a maioria da população, claramente afetada. Pode-se perceber o delineamento de um paradoxo, já que aqueles que determinam as políticas as fazem em favor próprio e não tem interesse em formar pessoas capazes de pensar criticamente pois estas provavelmente se colocariam contra aqueles. Além disso, vivencia-se, de maneira geral, a época da reprodução de conteúdos, e não de produção real dos mesmos, subjugando assim a possibilidade da formação da consciência crítica que é fundamental para a ampliação da discussão sobre a formação cidadã necessária para prover um povo com a possibilidade de crescimento real, especialmente no que se refere à ampliação dos valores morais, da discussão ética em favor da liberdade e da cidadania, mas isto somente será possível a partir do rompimento com o *status quo* e a emancipação do povo em favor do bem comum, algo que provavelmente não acontecerá de forma interna, com a conscientização dos políticos em suas funções atuais, já que eles teriam que ir contra si mesmos, mas de fora, com forte apelo democrático de participação da maioria, não de forma sofisticada, mas de maneira platônica e freireana, buscando a verdade e o bem para a maioria e não reforçando o poder de alguns que agem apenas em proveito próprio, e o professor é um dos profissionais que podem auxiliar neste processo de conscientização da população para a emancipação, portanto é necessária a devida atenção à sua formação para que ele seja um elemento de revolução e não um reproduzidor do *status quo*. Retomando a questão fundamental sobre o que é requerido à atividade política para garantir o desenvolvimento de políticas públicas educacionais adequadas para a educação voltada para a emancipação, enquanto Protágoras, com sua retórica como simulacro da verdade pode apresentar conceitos falseados, Platão busca a conscientização política que irá garantir a emancipação, assim como Mézáros, Freire, Morin e Gadotti ressaltam, tantos séculos depois.

### 3 Conclusão

A crítica platônica à retórica sofista se dá especialmente no âmbito desta não garantir formação adequada baseada na verdade, mas nos interesses de poucos em detrimento da necessidade de muitos. O desenvolvimento de políticas públicas educacionais que garantam uma educação emancipatória, seja presencial, seja à distância, deve passar pela formação de indivíduos mais críticos, conscientes de seu papel no grupo, mas tal necessidade entra em conflito com o ideal político atual onde as pessoas que detém o poder agem segundo seus ideais pessoais e não os valores necessários para a boa manutenção do grupo. Conforme verificado em autores como Mészáros, Morin, Gadotti e Freire, assim como na época de Platão, o desafio é alterar tal realidade, e para isso é preciso que haja um movimento em favor de educação de qualidade para todos, utilizando-se inclusive do ensino à distância, o que não se afigura como meta fácil já que quem determina quais as políticas serão a base para a formação não parecem ter interesse em desenvolver um cidadão crítico, pois este provavelmente irá se voltar contra o *status quo* em busca de avanço em seus direitos, gerando um paradoxo que implica que a solução possível deverá vir de fora do grupo que detém o poder para uma reconfiguração mais ampla da política. Apesar da dificuldade, deve-se pensar que a mudança é possível e a emancipação fará com que haja a ruptura destes padrões, garantindo assim a possibilidade da formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

### Referências

ARAÚJO, Ulisses. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. In: **Revista Educação e Pesquisa** (FEUSP), vol. 26, pp. 91-107. Disponível em: <http://www.uspleste.usp.br/uliarau/textos/artusp.pdf>. Acessado em 01/08/2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educar para um outro mundo possível.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GÓMES-LOBO, A. **Escritos políticos de Platón.** Madri: Estudios Públicos, 1993.

GUTHRIE, W. K. **A history of greek prilosophy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MORIN, Edgar. ROGER, Emílio Ciurana. MOTTA Raúl. **Educar na era Planetária.** São Paulo: 2 ed. Cortez. Brasília-DF: UNESCO, 2007.

\_\_\_\_\_. **Górgias.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Protágoras.** Tradução de E.M. Teixeira. Fortaleza: EUFC, 1986.

\_\_\_\_\_. **A República.** Tradução de M.H. Pereira. 9 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.